

**ENTRE SECA E ENCHENTES: CENÁRIO DA EDUCAÇÃO CEARENSE NA
DÉCADA DE 1970**

Roberta Lúcia Santos de Oliveira | aseseditoracao@gmail.com

Dijane Maria Rocha Víctor | dijanevictor@ufc.br

1 INTRODUÇÃO

A década de 1970 foi consideravelmente agitada, se comparada às décadas anteriores. A economia mundial passou por recessão, após a crise do petróleo de 1973. Os Estados Unidos entraram em estagnação e o Presidente Richard Nixon foi deposto pelo caso Watergate²⁵. A economia do Japão começou a crescer. A consciência ambiental foi desperta na sociedade e o Nordeste brasileiro viveu dois desastres climáticos e ambientais antagônicos: a enchente em 1974 e uma grande seca no ano de 1979. De acordo com Fausto (2006) tais acontecimentos implicaram na economia brasileira:

Em outubro de 1973, ainda no período Médici, ocorreu a primeira crise internacional do petróleo, como consequência da chamada Guerra do Yom Kippur, movida pelos Estados Árabes contra Israel. A crise afetou profundamente o Brasil, que importava mais de 80% do total do seu consumo. (*idem*, 2006, p. 273).

Contudo foi também uma década de movimentos culturais e políticos. O Brasil foi marcado pelos festivais de música, pela repressão e pela ditadura militar, onde, por meio de punição e autoritarismo, o governo que controlava sob diversos aspectos a vida cultural do país. Para tentar fugir de tanta vigilância, os artistas e demais pessoas ligadas à arte encontraram na música uma forma de protestar e de manifestar suas inquietações e anseios.

Paralelo a essa agitação cultural, o movimento estudantil cearense se reorganizou. Os Centros Acadêmicos – CA's da Universidade Federal do Ceará – UFC e da Universidade Estadual do Ceará – UECE foram reativados. No ano de 1979, o Diretório Central dos

25 O escândalo aconteceu em 1972 e, após dois anos de investigação, culminou com a renúncia do presidente Richard Nixon. A invasão aos escritórios do Partido Democrata americano em Washington, que ficou conhecido como o escândalo de Watergate, no conjunto de edifícios Watergate, ocorreu durante a campanha eleitoral e, mesmo com evidências ligando o episódio ao comitê de Nixon, o presidente foi reeleito com larga margem de votos.

XIV ECHE – ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
IV ENHIME – ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO
FORTALEZA – CE | 17 a 19 de Setembro de 2015 | ISSN XXXX XXXX

Estudantes da UFC foi reestruturado, com sua Direção ligada ao Partido Comunista do Brasil – PC doB. Posteriormente, surgiu a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas – UMES e a União Nacional dos Estudantes – UNE.

Em meados de 1978, no Ceará, a política partidária ganhou espaço e os movimentos populares de esquerda começaram a se organizar, contestando a ditadura militar e exigindo a volta da democracia. A Lei n. 4.330, de 1 de junho de 1964²⁶, já dava amparo:

[...] A lei da greve, aprovada em junho de 1964 pelo Congresso, criou exigências burocráticas que tornaram praticamente impossível a realização de paralisações legais. É bom lembrar que, em quase 20 anos de regime democrático, o Congresso não aprovava nenhuma lei cumprindo o preceito constitucional que garantia o direito de greve, embora na prática ele fosse exercido livremente nos últimos anos daquele período. (FAUSTO, 2006, p. 260).

Além de toda essa agitação, em julho de 1979, condutores e trocadores de ônibus de linha urbana de Fortaleza fizeram uma greve em busca de melhores salários. O movimento durou apenas três dias, mas teve repercussão nacional porque foi a primeira greve após a lei ter sido sancionada. Para além de tudo já exposto, as categorias conseguiram ter atendidas as suas reivindicações e acabaram resgatando a luta sindical no Estado do Ceará.

As chuvas já haviam tocado os solos cearenses e também alimentado na população a esperança de um bom inverno. Com elas a alegria e também o medo da famosa seca verde²⁷.

A alegria que os cearenses estavam sentindo pelo bom inverno que se aproximava, cedia lugar ao medo da enchente que se avizinhava. As precipitações constantes acabaram por inquietar o dia a dia dos moradores de cidades como Aracati, Itaiçaba e Jaguaruana, pois esses municípios foram invadidos pelas águas do Rio Jaguaribe.

Não era para menos. Entre os meses de março e abril de 1974, as cidades localizadas ao longo das margens do Rio Jaguaribe, mais especificamente Aracati, Itaiçaba e Jaguaruana tiveram seu cotidiano abalado pelas constantes chuvas e por conta da invasão das águas do Rio Jaguaribe em seus centros urbanos. (SILVA, 2006, p. 113).

A partir do dia 20 de março de 1974, data em que se comemora o dia de São José²⁸, o jornal **O Povo** começou a noticiar sobre as cheias dos rios e a alertar a população das

26 Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1964/4330.htm>>. Acesso em: 12.jun.2014.

27 Termo usado para expressar que a plantação não teve inverso, mas o excesso de chuva prejudica a plantação.

28 Santo padroeiro das chuvas e do bom inverno na cultura nordestina do Brasil.

possíveis inundações nas cidades do sertão cearense. Principalmente, sobre o rio Jaguaribe e o açude de Orós, pois as chuvas eram recorrentes e abundantes.

O transbordo do Rio começa a ser fato comum nas páginas de “O Povo”. No dia 20 de março de 1974, noticiava: “Jaguaribe transborda em Limoeiro do Norte”. Quanto a Aracati, na mesma edição, chama a atenção para monumentos históricos que estão sendo destruídos pelas águas da chuva, referindo-se à igreja matriz da cidade, edificação do século XVIII, construída em honra à Nossa Senhora do Rosário. (Silva2006, p. 114)

E as chuvas castigaram, na sequência de inundações, a cidade de Sobral. Esta foi inundada pela cheia do Rio Acaraú. O município de Frecheirinha ficou completamente isolado das localidades adjacentes e o Governo do Estado declarou calamidade pública. A capital cearense também foi atingida e teve o bairro Lagamar completamente submerso nas águas do Rio Cocó.

Chegou o mês de maio e as chuvas não deram trégua. O solo cearense já todo encharcado e todas as plantações perdidas em meio à chamada seca verde – muita chuva e nada de colheita. O Governador da época, César Cals, se mobilizou para combater tal calamidade e enviou uma mensagem à Assembleia Legislativa:

Com referência ao ano de 1974, objeto precípua desta Mensagem do Governo, é fato conhecido o drama vivido pelo Ceará ao enfrentar as violentas enchentes que castigaram o Estado. Em consequência do excesso das chuvas, com o transbordamento simultâneo dos rios Jaguaribe, Banabuiú, Salgado, Acaraú e outros, das inundações de dezenas de cidades, o Governo do Estado foi totalmente mobilizado para enfrentar grave problema. (CEARÁ, 1975. [s.p.])

Sobre as chuvas e inundações, Silva (2006, p. 123) afirma que “[...] O enorme volume d’água despejado pelo Rio Jaguaribe no Atlântico fez com que os municípios com maior proximidade com o Oceano, principalmente Aracati e Itaiçaba, ficassem à mercê da vazão do Rio”. E o sertão ficou todo alagado. Como bem diz a música **Sobradinho**, de Sá e Guarabyra: “E passo a passo vai cumprindo a profecia do beato que dizia que o sertão ia alagar/O sertão vai virar mar, dá no coração/O medo que algum dia o mar também vire sertão”.²⁹

Assim, os municípios de Aracati, Itaiçaba, Jaguaruana, Frecheirinha e Limoeiro do Norte, ficaram com parte da população desabrigada. “O Povo de 01 de maio de 1974 noticia a incrível cifra de ‘cento e doze mil desabrigados’ como saldo parcial das enchentes em todo

29 Disponível em <<http://letras.mus.br/sa-guarabyra/356676/>>. Acesso em: 13.abr. 2014.

Estado”. (SILVA, 2006, p. 128). Neste íterim o Governo do Estado tomou as seguintes providências: “[...] abastecimento regular de gêneros, roupas e artigos de primeira necessidade, assistência médica, vacinação, distribuição de sementes selecionadas para o replantio e assistência técnica através da ANCAR”. (CEARÁ, 1975. [s.p.]).

No ano seguinte, 1975, o Estado enfrentou outra situação difícil – seca – falta de chuva para fazer vingar a plantação. Já sem reserva de alimentos em função das enchentes, somente problemas se assolaram nas cidades cearenses. Tal fenômeno climático ganhou destaque no Brasil e foi comparado com a catástrofe ocorrida no período de 1877-1879, quando nesta estiagem faleceram 200 mil cearenses.

O fenômeno da seca só ganhou notoriedade no Brasil com o grande flagelo dos anos 1877-1879, que abalou o semiárido brasileiro, à época esquecido e vagamente designado como “norte”. Naquela estiagem pereceram pelos menos 500 mil nordestinos, com 200 mil mortes somente no Ceará. (POMPONET, 2009, p. 59).

No ano de 1979, tem início outra grande seca e com ela mais um desastre socioeconômico. A pecuária e as plantações de algodão entraram em colapso. Em várias cidades ocorreram saques e invasões, diversos proprietários de estabelecimentos comerciais distribuíram alimentos para minimizar a situação dos milhares de flagelados.

Depois da estiagem só catástrofes ficaram registradas. Centenas de animais morreram de fome e de sede; homens, mulheres e crianças ficaram desnutridos; as doenças se proliferaram com uma avidez descontrolada e outros faleceram de fraqueza. A escassez de alimentos levou muitas pessoas a se alimentarem somente de café com farinha – o chimbé – e do lagarto conhecido como teiú. Ademais, a água que usavam para fazer o café advinha de fundos de poço e de restos de açudes, pondo em risco a saúde da população vitimada pela seca. Na época, uma campanha em nível nacional foi lançada para arrecadar alimentos e dinheiro para ajudar os nordestinos.

[...] Foi a primeira “seca global”, pois os modernos meios de comunicação deram maior realismo e dramaticidade à situação sertaneja. As emissoras de tevê apresentavam ao vivo o sertão cinzento e ensolarado, o gado morto de fome e sede, a população esquelética, subnutrida e doente. O País se chocou. Campanhas são feitas arrecadando comida e recursos para “salvar urgente o Nordeste”. [...]. (FARIAS, 2007, p. 293).

Diante dessa situação que provocou comoção nacional, o Governo Federal enviou

caminhões-pipa para distribuir água no interior do Ceará. Criou também as frentes de serviços para a construção de açudes, cacimbas e estradas, objetivando diminuir a tensão social que esse fenômeno natural causou e procurou conservar os cidadãos em seus próprios municípios.

Homens, mulheres e crianças trabalharam nessas frentes de serviços, carregando e quebrando pedras, sob um sol escaldante e um intenso calor. Algumas vezes sem alimento, chegaram a desmaiar enquanto trabalhavam. Cavalcanti (1986, p. 88), apresenta tudo isso muito bem quando fez destaque a fala de um trabalhador da frente de serviço: “*Na seca o cumê é mais limitado e a gente, com isso, se sente mais fraco para trabalhar nesse serviço pesado*”.

CENÁRIO DA EDUCAÇÃO NO CEARÁ NA DÉCADA DE 1970

De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil – 1974, o Ceará possuía, segundo a população residente de 5 anos e mais, por domicílio, alfabetização e sexo 3.617.233 habitantes. Desses, 1.506.329 viviam na zona urbana. Dos residentes da zona urbana, 859.587 sabiam ler e escrever e 636.832 não sabiam, nem ler e nem escrever. Os moradores da zona rural totalizavam em 2.110.904, desses 509.907 declararam saber ler e escrever enquanto 1.581.551 alegou não saber nem ler, nem escrever. (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1974, p.89).

Para o Ensino Primário, o Ceará possuía 12.774 escolas públicas que correspondia a 93,39% da totalidade dos estabelecimentos escolares cearenses. As mesmas contavam com 15.540 salas de aulas e 21.924 docentes. Contava também com 903 escolas particulares, as quais representavam 6,60% das instituições escolares; com 2.420 salas de aula e 21.595 professores. Enquanto no Brasil havia 155.463 escolas públicas, com 273.524 salas de aula e 525.628 professores; e 9.588 escolas particulares, com 33.653 salas de aula e 449.731 docentes. (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1974, p. 757).

Em 1972, de um total geral de 573.238 discentes matriculados nas escolas cearenses - 369.529 foram matriculados na 1ª série/ 82.363 na 2ª série/ 58.783 na 3ª/ 43.518 na 4ª/17.429 na 5ª série e apenas 1.61,7 na 6ª série do primeiro grau. Os dados mostram claramente que ocorreu um decréscimo na quantidade de alunos matriculados conforme aumentava o nível de escolaridade (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1974, p. 760). mesmo ano, o número de alunos repetentes foi de 101.841, o que correspondeu a 17,76% dos

XIV ECHE – ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
IV ENHIME – ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO
FORTALEZA – CE | 17 a 19 de Setembro de 2015 | ISSN XXXX XXXX

discentes matriculados no ensino primário, distribuídos da seguinte maneira: 82.639 na 1ª série (81,14%) / 8.285 na 2ª série (0,80%) / 5.974 na 3ª série (5,86%) / 4ª série 3.583 (3,51%) / 1.279 na 5ª série (1,25%) e 81 alunos repetentes na 6ª série (0,07%) (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1974, p. 764).

Se fizermos o comparativo do número de discentes matriculados por série com a quantidade dos repetentes teremos o seguinte resultado: 1ª série - 369.529 matriculados, 82.639 repetentes (22,36%) / 2ª série - 82.363 matriculados, 8.285 repetentes (10,05%) / 3ª série - 58.783 matriculados, 5.974 repetentes (10,16%) / 4ª série - 43.518 matriculados, 3.583 repetentes (8,23%) / na 5ª série - 17.429 matriculados, 1.279 repetentes (7,33%) e na 6ª série - 1.617 matriculados, 81 repetentes (5%).

O cenário educacional cearense na década de 1970 espelhou o que acontecia no contexto nacional. No decurso dos governos militares, as decisões tomadas pelos administradores estaduais passaram a sofrer a influência das resoluções adotadas pelo Governo Federal. Isso se devia pela crescente interferência dos ministérios nas resoluções concernente aos estados e pela adoção de uma sistematização diferente da que era utilizada pelas gestões locais. Aconteceu a volta da centralização das deliberações que passaram a ser um símbolo preponderante da gestão da coisa pública. E os planos estaduais eram cópias dos federais. (VIEIRA, 2002).

O Governador César Cals, em mensagem enviada à Assembleia Legislativa em 1973 (Tabela 1), afirmou que o governo vinha aumentando os esforços para combater e diminuir o déficit educacional no Ceará alusivo ao 1º e 2º graus. Para isso, foi utilizada uma política aguerrida de construção, ampliação e reforma de escolas, bem como a utilização, por meio de convênios, de instalações desocupadas da rede particular de ensino. Garantindo que “O setor educacional apresentou resultados altamente positivos no período 1971/74, a despeito da acentuada deficiência da estrutura escolar ainda existente em nosso Estado”. (CEARÁ, 1975. [s.p.]).

Tabela 1 – Número de matrícula na rede estadual de ensino – período de 1971 a 1974

Anos	Ensino Pré-Primário		Ensino de 1º Grau				Ensino de 2º Grau
	Total	Crescimento %	Total	Tx. de crescimento	Sist. TVE	Compra Vagas	
1971	3.691	6,8	170.819	5,1	-	-	12.984
1972	4.620	12,2	198.795	16,4	-	-	15.179
1973	5.110	10,6	213.896	7,6	-	1.270	16.932
1974	5.499	7,7	249.698	18,8	2.429	3.624	20.707

XIV ECHE – ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
IV ENHIME – ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO
FORTALEZA – CE | 17 a 19 de Setembro de 2015 | ISSN XXXX XXXX

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa – 1975.

Sob a mesma administração teve início a era dos planejamentos governamentais. O Plano Estadual de Educação – PEE (1973-1976) e o Plano de Governo do Estado do Ceará – PLACEG (1971-1974) foram planejados concomitantemente ao *I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico – I PND* (1972-1974) e do *I Plano Setorial de Educação e Cultura – I PSEC* (1974-1974). (VIEIRA, 2002).

Na década de 1970, a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Ceará, visando à elaboração de seu primeiro Plano Estadual de Educação – (P.E.E.), realizou um diagnóstico educacional do Estado, onde foram constatados os seguintes pontos de estrangulamento no sistema: 44% da população na faixa de sete a catorze anos sem atendimento escolar; estrangulamento no fluxo de matrícula – somente 3% dos alunos matriculados na 1ª série do 1º grau, oito anos depois; a evasão e repetência escolar atingiam a taxa de 20% da matrícula da 1ª série; a heterogeneidade etária em todas as séries do 1º grau; grande número de professores leigos, sendo a rede municipal a detentora dos mais elevados percentuais. (GOMES, 2012, p. 56-57).

A democratização do acesso ao ensino foi um dos objetivos constantes na LDB de 1971, mas, segundo Vieira (2002), o número de vagas ofertadas não correspondeu ao que foi anunciado, tão pouco a demanda.

[...] Embora a democratização do acesso se configure como um dos objetivos explícitos da reforma do ensino de 1º e 2º graus, não ocorre um aumento de vagas compatível com as expectativas de expansão anunciadas. Persistem práticas herdadas de administrações anteriores, como a compra de vagas ociosas à rede particular. Por outro lado, vale assinalar que neste governo “não há evidência de empreguismo na Secretaria de Educação” (p. 237), mantendo-se estável o quadro de servidores. (VIEIRA, 2002, p. 285).

No governo de Adauto Bezerra foi elaborado o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Estado do Ceará – I PLANDECE (1975-1979). Este planejamento adequou-se ao II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – II PND (1974-1979) e ao II Plano Setorial de Educação e Cultura – II PSECD (1975-1979) do governo federal. (VIEIRA, 2002). O governo pode atrair ajuda externa e de fato, investir mais na educação.

[...] Num contexto de maior volume de recursos, o Estado é capaz de “realizar muitas das ações contidas no plano de Governo” (Veras, op. Cit., p. 240) e estimular o aumento das oportunidades educacionais. Isto é feito mediante o apoio a inovações tecnológicas como a TV Educativa (TVE). Criada no governo anterior (1974), em sintonia com prioridades do II

XIV ECHE – ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
IV ENHIME – ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO
FORTALEZA – CE | 17 a 19 de Setembro de 2015 | ISSN XXXX XXXX

PSECD, a instituição representa uma alternativa não convencional de suporte à expansão das oportunidades educacionais. (2002, p. 286).

Apesar de toda a recessão e dos cortes orçamentários no país, o Governador Adauto Bezerra era otimista e deixou dito que nunca o Ceará havia sido tão beneficiado por transferências federais. (CEARÁ, 1978, p. II). E completou:

Essa privilegiada posição alcançada pelo Ceará, em relação aos demais Estados nordestinos, deveu-se a um trabalho integrado, que consistiu na elaboração rápida e oportuna de planos, programas e projetos, todos de reconhecida exequibilidade, completando-se esse trabalho com o acompanhamento de sua aprovação junto aos organismos federais e regionais. (Idem, ibidem).

Durante o período de 1974-1978, o governo destinou ao ensino de 1º grau a maior parte de ações técnicas e financeiras, mas sem esquecer-se do ensino de 2º grau, do supletivo e do ensino pré-escolar. A prioridade dada ao 1º grau foi devido à universalização desse nível de ensino recomendada pela própria LDB 5.692/71.

[...] resultou na política de oportunidades educacionais à população de 7 a 14 anos, enfatizada nas ações do Governo, crescendo a matrícula de 784.900 em 1975 para 989,764 em 1978, e atingindo um índice de escolarização de 82,2%[...] (CEARÁ, 1979, p. 50).

O ensino pré-escolar no ano de 1974 teve 4.730 alunos matriculados e em 1978 essa quantidade subiu para 15.128. Enquanto o ensino de 2º grau, em 1975 teve 52.895 alunos matriculados. O governo manteve e ampliou a oportunidade de qualificação no 2º grau criando habilitações básicas para esse nível de ensino nas áreas de saúde, comércio, crédito e finanças. (CEARÁ, 1979, p. 51).

Virgílio Távora foi o último governador do Ceará da década de 1970. Em seu segundo mandato (não consecutivo), governou o Ceará de 1979 até 1983. A maior parte de sua administração condisse com a vigência do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – III PND, que foi no período de 1980-1984 e corresponde também ao III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto – III PSECD, que vigeu no período de 1980 até 1985. (VIEIRA, 2002). Em seu governo foram idealizados o II Plano de Metas Governamentais – II PLAMEG (1979-1983) e o Plano Estadual de Educação – II PEE (1979-1983). Segundo Vieira (2002, p. 288), “Neste segundo plano, diferentemente do I PLAMEG, a educação não figura como uma das prioridades governamentais [...]”.

As prioridades do PEE foram dirigidas a assistência à escola na zona urbana e rural e também ao planejamento e administração educacional. Já o III PSECD esteve voltado para a educação na zona rural e nas periferias urbanas; à expansão cultural e ao engrandecimento dos recursos humanos. Sobre esses planos Vieira (2002, p. 288) afirma que “[...] Se nos planos anteriores o local incorpora o nacional, no caso do III PSECD, a tendência reside no oposto - o nacional incorporando o local”.

No governo de Virgílio Távora, dois fatos são importantes destacar. O primeiro diz respeito a política de contratação direta de professores, ou seja, sem os trâmites de concurso público, chegando a elevar o número de profissionais, de 14.782 para 26.604. O segundo refere-se à mudança constante de Secretários de Educação durante a sua gestão (VIEIRA, 2002).

CONCLUSÃO

A educação no Brasil já é por si só, um grande desafio. Ainda mais em tempos de seca ou de chuvas. No primeiro caso, os recursos ficam escassos, e, no segundo, tem ainda o agravante da acessibilidade às escolas, devido às estradas e ruas ficarem destruídas, e as cidades inundadas. Foi neste cenário que o Ceará trabalhou a educação nos anos de 1970. Com muitas dificuldades e perdas no índice de escolaridade. A fome se assolou no Estado e o número de repetência chegou a 101.841, representando 17,76% da totalidade de matriculados. O número de professores não atendeu a demanda e faltou professores qualificados para este fim. Porém, apesar de todos os intemperes, o Estado teve nos anos de 1970, três Governadores: Cesar Cals (1970), Adauto Bezerra (1974) e Virgílio Távora (1979), bem empenhados com as questões da educação. Cada um deu a sua contribuição há seu tempo. E no final da década, o número de professores havia se ampliado de 14.782 para 26.604 devido a política de contratação imediata (sem concurso público), aplicada pelo Governador Virgílio Távora.

Em síntese, o Estado conseguiu enfrentar as adversidades impostas pelos fenômenos da seca e das enchentes ocorridos nos anos de 1970 e implantou melhorias no seu sistema educacional. Construiu novas escolas, contratou mais professores e implantou o Telensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CEARÁ. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. Fortaleza, 1973.
- _____. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. Fortaleza, 1975.
- FARIAS, José Airton de. **História do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Edições ao Livro Técnico, 2007.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2006.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil – 1974**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1974.pdf>. Acesso em: 01 out.2013.
- GOMES, Luciana Kellen de Souza. **Memórias de professoras alfabetizadoras do MOBREAL em Fortaleza**. (Dissertação). Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.
- POMPONET, André Silva. 100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas. **Conj. & Planej.**, Salvador, n.162, p.58-65, jan./mar. 2009 59. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/site/publicacoes/sumarios/c&p162/c&p162_pag_58.pdf. Acesso em: 11.jun.2014.
- SILVA, Kamillo Karol Ribeiro e. **Nos caminhos das memórias, nas águas do Jaguaribe**. Memória das enchentes em Jaguaruana – CE. (1960, 1975, 1985). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006. Disponível em:<http://www.historia.ufc.br/admin/upload/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20KAMILLO%20SILVA.pdf>>. Acesso em: 10.abr. 2014.
- VIEIRA, Sofia Lerche. **História da educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.